



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

**MESTRADO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E**  
**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE**  
**FLORESTAL**  
**O CASO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**

**SANDRA CRISTINA MORAIS MOTA**  
**Nº 37223**

**SETEMBRO 2012**



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

# **MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

DISSERTAÇÃO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E  
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE  
FLORESTAL  
O CASO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**

**SANDRA CRISTINA MORAIS MOTA  
Nº 37223**

**ORIENTAÇÃO:**

**DOUTOR MANUEL FRANCISCO PACHECO COELHO**

**SETEMBRO 2012**



## Abstract

The purpose of this research work is to analyze the **Social Responsibility (RS)** experiences in Portugal that involve **Environmental Sustainability (Forests)** as a desire to be considered in a large group's mission such as **Caixa Geral de Depósitos (CGD)**. Specific objectives were defined such as, developing the concepts of **Sustainable Development (DS)** and Social Responsibility; analyze the connection between the two; discuss the relevance of Environmental Sustainability as a foundation of DS; trying to understand how the Social Responsibility's state of Art is in Portugal; analyze/evaluate the CGD experience that, in their RS activities, include strategies for the Forests Environmental Sustainability, with the reforestation program of **Tapada Nacional de Mafra (TNM)**.

A questionnaire was applied to the Department of Communication and Brand of CGD (Dra. Paula Viegas and Dra. Maria Helena Simões), a deep analysis of the Sustainability Reports produced by the institution was conducted, and also analyzed the relevant references. We intend to evaluate the potential and fragilities to CGD's performance in the development of Environmental Sustainability actions. Although the relative insufficiency of quantitative information about this question it becomes difficult to achieve this goal, for now.

We highlight the subject as of a great importance for big companies, since their insertion in the market implies a social responsible strategic posture, that aims to contribute to a fairer society and a cleaner environment, in a way to consolidate their reputation in a society overall more alert to environmental questions.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility, Sustainable Development, Environmental/Forest Sustainability, Caixa Geral de Depósitos, Tapada Nacional de Mafra.



## Resumo

O objetivo deste trabalho de investigação é analisar as experiências de **Responsabilidade Social (RS)** em Portugal que envolvem a **Sustentabilidade Ambiental (Florestas)** como um desiderato, tal como considerado na missão de um grande grupo como a **Caixa Geral de Depósitos (CGD)**. Assim sendo, definimos alguns objetivos específicos tais como: desenvolver os conceitos de **Desenvolvimento Sustentável (DS)** e de Responsabilidade Social; analisar a relação entre os dois conceitos, discutir a importância da Sustentabilidade Ambiental como pilar do DS; tentar caracterizar o estado de Arte da Responsabilidade Social em Portugal; analisar/avaliar a experiência da CGD que, nas suas atividades de RS, inclui estratégias de Sustentabilidade Ambiental das Florestas, nomeadamente com o programa de florestação da **Tapada Nacional de Mafra (TNM)**.

Perante o objeto de estudo definido, aplicamos um questionário ao Departamento de Comunicação e Marca da CGD (Dra. Paula Viegas e Dra. Maria Helena Simões), fazemos uma profunda análise dos Relatórios de Sustentabilidade realizadas por esta instituição e analisamos a bibliografia que nos pareceu pertinente. Pretendemos, assim, avaliar as potencialidades e fragilidades, para a performance da Caixa, no desenvolvimento de ações de Sustentabilidade Ambiental (embora a relativa insuficiência de informação quantitativa sobre estas questões torne, para já, difíceis de concretizar este objetivo).

Consideramos este tema de grande importância para as grandes empresas, uma vez que a inserção destas no mercado implica uma postura estratégica socialmente responsável que vise contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo, de forma também a consolidarem a sua reputação, numa sociedade cada vez mais atenta às questões ambientais.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social das Empresas, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade Sustentabilidade/Florestal, Caixa Geral de Depósitos, Tapada Nacional de Mafra.



## ÍNDICE

1.	<i>Introdução</i>	1
2.	<i>Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável</i>	2
2.1	Desenvolvimento Sustentável: Evolução do conceito e principais regulamentações	2
2.1.1	A sustentabilidade Ambiental (Florestas): Um pilar do DS	3
2.2	Responsabilidade Social como vetor do DS: Conceito e principais regulamentações	8
2.2.1	O estado de arte da Responsabilidade Social em Portugal	11
2.3	A importância dos Recursos Naturais: As Florestas	13
3.	<i>Estudo de caso: A Caixa Geral de Depósitos e as práticas de Responsabilidade Social na dimensão da Sustentabilidade Ambiental para as Florestas</i>	18
3.1	A CGD: Missão e Posicionamento Responsável	18
3.2	A estratégia Caixa Carbono Zero 2010	23
3.2.1	Floresta Caixa	26
3.2.2	Ações de sensibilização Ambiental	28
3.2.3	Tapada Nacional de Mafra	30
3.3	RS e performance da Caixa	33
4.	<i>Conclusão</i>	35
5.	<i>Bibliografia</i>	36
6.	<i>Anexos</i>	39

## 1. Introdução

O objeto de estudo do seguinte trabalho de investigação é analisar as experiências de **Responsabilidade Social (RS)** em Portugal que envolvem a **Sustentabilidade Ambiental** como um desiderato a considerar na missão da empresa. Servimo-nos do exemplo de um grande grupo financeiro português, a **Caixa Geral de Depósitos (CGD)**.

Assim sendo, definimos alguns objetivos específicos tais como, desenvolver os conceitos de **Desenvolvimento Sustentável (DS)** e de Responsabilidade Social; analisar a relação entre os dois conceitos; discutir a importância da Sustentabilidade Ambiental como pilar do DS; tentar perceber como vai o estado de Arte da Responsabilidade Social em Portugal; analisar/avaliar a experiência de uma grande empresa portuguesa (CGD) que, nas suas atividades de RS, inclui estratégias de Sustentabilidade Ambiental das Florestas (Sustentabilidade Florestal), nomeadamente com o programa de florestação da **Tapada Nacional de Mafra (TNM)**.

Como fim último, pretendemos avaliar as potencialidades e fragilidades para a performance da CGD no desenvolvimento de ações de RS em Portugal.

Consideramos que este tema tem uma grande importância para as grandes empresas, uma vez que a inserção destas no mercado implica uma postura estratégica socialmente responsável que vise contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo, de forma também a consolidarem a sua reputação, numa sociedade cada vez mais atenta às questões ambientais.

## 2. Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável

### 2.1 Desenvolvimento Sustentável: Evolução do conceito e principais regulamentações

A *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano* teve lugar em Estocolmo, em 1972. O debate que, pela primeira vez, incluiu países ricos e pobres, centrou-se no estabelecimento de um programa de contenção e prevenção da poluição industrial, num quadro de equilíbrio económico e de imprescindível proteção ambiental. Da Conferência, resulta uma forte declaração, *Declaration of the United Nations Conferenc on the Human Environment* e daí surge o **Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA** em português, **UNEP** corresponde à sigla em inglês). Posteriormente, em 1987, a *Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento* redige o **Relatório Brundtland (1987)**. Este documento constituiu um parecer fundamental enquanto princípio orientador das futuras estratégias de crescimento e de desenvolvimento humano, chamado de “*Agenda Global para a Mudança*”. Foi uma chamada de atenção para as responsabilidades dos estados e das organizações no desenvolvimento, na implementação e na fiscalização de políticas de desenvolvimento económico, ambientalmente sustentáveis. De acordo com o Relatório Brundtland, a sustentabilidade ambiental, bem como a eliminação da pobreza, são aspetos fundamentais desta nova visão que vem erguendo a bandeira do crescimento com qualidade de vida, assente nos 3 pilares: economia, sociedade e ambiente, a que se associa a problemática da *governance*. O desenvolvimento industrial era visto como a causa da degradação ambiental, por parte dos países ricos, mas percebeu-se que são os países mais pobres que são mais afetados pelas alterações ambientais. E, portanto, o meio ambiente, como um sistema global que é, a sua degradação afeta tanto a nível económico, bem como ecológico, todas as nações. Este movimento

mundial, passa a ter mais expressão na *Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) - ECO 92 ou Cimeira do Rio*, realizada no Rio de Janeiro, entre 3 e 14 de Junho de 1992. Teve como resultado a “**Agenda 21**”, subscrita por 178 governos, que consolida a estratégia de DS, bem como o seu conceito<sup>1</sup>. A estratégia está alicerçada em três pilares – equidade social, ambiental e economia. Visa um plano de ação a ser aplicado a nível global, nacional e local, pelas organizações do Sistema das Nações Unidas, Governos e Grupos Maioritários. A perspectiva é de que o crescimento apenas poderá levar ao desenvolvimento, se os seus benefícios forem repartidos, num quadro de democracia, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais e com participação da sociedade civil.

A **União Europeia (UE)** esteve presente na ECO 92 e subscreveu a sua declaração de princípios para o DS. Em 2001, a Comissão elaborou uma proposta designada: “*Uma Europa sustentável para um mundo melhor: uma estratégia da união europeia para o desenvolvimento sustentável*”, que foi aceite em Gotemburgo - os princípios estão resumidos, em anexo, na Figura 1 - Estratégia Europeia para o DS.

### **2.1.1 A sustentabilidade Ambiental (Florestas): Um pilar do DS**

No que diz respeito à Sustentabilidade Ambiental, no quadro do DS, nomeadamente das florestas, a Europa percebeu a importância especial dos sistemas florísticos e a degradação que estes sistemas estavam a sofrer: em 2000, as florestas cobriam cerca de 3 bilhões e 866 milhões de hectares do planeta, um pouco menos que um terço da área total da terra (fonte da UNEP). Historicamente, a perda de florestas está estreitamente ligada à expansão demográfica e à conversão de áreas florestais para outros usos; à extração excessiva de madeira para fins industriais, de lenha e de outros

---

<sup>1</sup> O conceito de DS é a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

produtos florestais; ao excesso de pastagem; e também, à sua suscetibilidade a fatores naturais, como pragas de insetos, doenças, incêndios e fenômenos climáticos extremos. A elaboração de uma visão comum sobre a gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, refletiu-se no documento da Agenda 21, no **Capítulo 11 – Combate à Desflorestação**, com as seguintes linhas orientadoras:

- a) Apoio aos diversos papéis e funções de todos os tipos de floresta, zonas florestais e zonas arborizadas;
- b) Reforço da proteção, gestão sustentável e conservação de todas as florestas e recuperação de áreas degradadas (por transformação em zonas verdes através da reabilitação das florestas, florestação, reflorestação e outros meios de recuperação);
- c) Promoção dos usos e da sua avaliação, com vista à recuperação do pleno valor dos bens e serviços proporcionados pelas florestas;
- d) Estabelecimento e/ou reforço das capacidades de planeamento, avaliação e observação sistemática das florestas e dos programas, projetos e atividades conexas, incluindo o comércio.

Para apoiar esses esforços, realizaram-se três conferências ministeriais sobre a proteção das florestas na Europa - *Ministerial Conferences on the Protection of Forests in Europe* (MCPFE), onde se desenvolveu uma estrutura de certificação florestal (Junho de 1994), designado de *Pan-European Forest Certification* (PEFC). Definiu a Gestão/Sustentabilidade Florestal como “ a administração e o uso das florestas e das áreas florestais de uma forma e a um ritmo que mantenham as suas biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade, e o potencial para satisfazer, no presente e no futuro, funções ecológicas, económicas e sociais

relevantes aos níveis local, nacional e global, não causando danos a outros ecossistemas” (Fonte: Costa, 2003 e [www.aimmp.pt](http://www.aimmp.pt)).

O processo Pan Europeu para a gestão florestal Sustentável apresenta os seguintes critérios:

- 1- Manutenção e aumento apropriado dos recursos florestais e o seu contributo para os ciclos globais de carbono (volume, armazenamento e remoção de carbono);
- 2- Manutenção da saúde e vitalidade dos ecossistemas florestais (densidade da rede viária e divisional, densidade de pontos de água);
- 3- Manutenção e fomento das funções produtivas das florestas;
- 4- Manutenção, conservação e fomento apropriado da diversidade biológica nos ecossistemas florestais (conservação de habitats classificados, conservação de espécies ameaçadas);
- 5- Manutenção e fomento apropriado das funções protetoras na gestão da floresta (evidência de erosão);
- 6- Manutenção de outras funções e condições sociais e económicas (investimento florestal e custos de exploração).

Neste contexto, a estratégia para a gestão florestal deve respeitar alguns princípios orientadores, tais como: servir os objetivos das políticas comunitárias; contribuir para a realização de compromissos internacionais subscritos pelos Estados-Membros e pela EU; implementar uma abordagem flexível, baseada no princípio da subsidiariedade; atuar em conformidade com os princípios da livre circulação das mercadorias e livre concorrência, evitando quaisquer distorções da concorrência; reforçar a competitividade do setor; contribuir para o reforço do potencial de geração de riqueza e de emprego rural e industrial, principalmente em muitas zonas rurais com poucas alternativas

económicas; e favorecer o princípio da integração do Desenvolvimento Sustentável e da proteção do ambiente nas políticas relacionadas com a floresta.

Relativamente a Portugal, o Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006), publicado em 1998, constituiu o primeiro documento em que se fez uma aproximação ao desenvolvimento sustentável. Contudo, foi no seguimento dos compromissos da Cimeira da Terra, e do seu instrumento de ação, a Agenda 21, que surge, em 2002, a **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS**, e se decide elaborar o **Plano de Implementação da Estratégia Nacional para Desenvolvimento Sustentável (PIENDS)**. O grande desígnio era *“fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de responsabilidade social”*. A estratégia delineada, como se pode constatar em anexo, na Figura 2 – Estratégia nacional para o DS, desenvolve-se, resumidamente, em torno de quatro vetores/objetivos: a) preservar o território; b) melhorar a qualidade do ambiente, c) promover a produção e o consumo sustentáveis das atividades económicas; d) desenvolver uma sociedade solidária e do conhecimento; É consubstanciada em três eixos fundamentais: 1) evolução demográfica; 2) dimensões económica, social e ambiental; 3) perspetivas futuras. Envolve os seguintes desafios: necessidade de um crescimento sustentado; necessidade de compatibilizar DS com crescimento económico e social; necessidade de um projeto de sociedade. Em Janeiro de 2004, o Governo criou um grupo de trabalho para elaborar o Plano (2005-2015)<sup>2</sup>, e apresentou uma nova proposta para complementar a de 2002. A nova estratégia nacional para o DS, assenta em seis dimensões:

- 1) Qualificação dos portugueses em direção à sociedade do conhecimento;
- 2) Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades do futuro;

---

<sup>2</sup> Claramente, a “estratégia assume-se como um desafio à cidadania e à capacidade de mobilização da sociedade” (Mendes *et al*, 2005, p. 26).

- 3) Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural;
- 4) Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço europeu e que proporcione qualidade de vida;
- 5) Dinâmica de coesão social e de responsabilidade individual;
- 6) Papel ativo de Portugal na cooperação global.

Em termos institucionais, para garantir uma eficaz gestão florestal, existem diversas associações florestais, mas cabe ao Estado a monitorização, nomeadamente pela **Direção Geral dos Recursos das Florestas (DGRF)**.

A DGRF elaborou o **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa**. O **Decreto-Lei nº33/96, de 17 de Agosto**, contem os principais objetivos para a política nacional:

- Promover e garantir um desenvolvimento sustentável do setor;
- Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta;
- Melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores dos sistemas florestais;
- Otimizar a utilização do potencial produtivo de bens e serviços florestais e dos sistemas naturais associados;
- Promover uma gestão do património florestal nacional;
- Garantir a função da floresta na regularização dos recursos hídricos, na conservação do solo e da qualidade do ar – no combate à desertificação física humana;
- Proteger as formações florestais de especial importância;
- Proteger as florestas dos incêndios;
- Incentivar e promover a investigação científica e tecnológica no domínio florestal.

## 2.2 Responsabilidade Social como vetor do DS: Conceito e principais regulamentações

No sentido de reforçar a importância da atuação empresarial no DS, a UE elaborou, em Julho de 2001, o **Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas**. As dimensões que abrange encontram-se em anexo, na figura 3 - Dimensões da RS das empresas. Segundo este texto comunitário, a conceitualização associada à ideia de RS refere-se à situação segundo a qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Neste sentido, a gestão das empresas não pode e/ou não deve ser norteada apenas para o cumprimento de interesses dos proprietários das mesmas. A RS das empresas reconhece-se na integração voluntária de preocupações sociais e ambientais nas operações quotidianas das organizações e na interação com todas as partes interessadas. A UE ressalva a necessidade de uma estratégia integrada das diferentes dimensões, pela conjugação de esforços entre a sociedade e as organizações, para a concretização de um objetivo comum.

O conceito ainda não está definitivamente sedimentado. Existem diversas visões de RS:

- A RS como atitude e comportamento empresarial ético e responsável: conceito associado ao dever e compromisso da organização de assumir uma postura transparente, responsável e ética nas relações com os seus **Stakeholders** (clientes, fornecedores, governo, consumidores no geral);
- A RS como um conjunto de valores: incorpora não apenas conceitos éticos, mas também, como por exemplo, a auto-estima dos funcionários, o desenvolvimento social e outros;

- A RS como postura estratégica empresarial: a busca da RS é vista como uma ação social estratégica que gera retorno positivo aos negócios;
- A RS enquanto promotora da cidadania individual e coletiva;
- A RS como exercício da consciência ecológica: a RS é vista como responsabilidade ambiental levando a empresa a investir em programas de educação e preservação do meio ambiente tornando-se uma difusora de valores, atitudes e praticas ambientalistas;
- A RS como estratégia de integração social: associado às preocupações da “inclusão social”;
- A RS como estratégia de relacionamento, isto é, a RS é usada como estratégia de marketing de relacionamento, com clientes, fornecedores e demais colaboradores;
- A RS como estratégia de marketing institucional;
- A RS como estratégia de valorização das ações das empresas;
- A RS como estratégia de recursos humanos: as ações são focadas nos colaboradores e seus familiares, com o objetivo de aumentar a satisfação pessoal e gerar ganhos de produtividade;
- A RS como estratégia de valorização de produtos/serviços: para lá da mera comprovação da qualidade dos produtos e serviços da empresa, está o objetivo de lhes garantir estatuto de “socialmente corretos”;
- A RS enquanto estratégia de inserção na comunidade: a empresa busca aprimorar as suas relações com a comunidade e a redefinição de formas inovadoras de continuar nela inserida;
- A RS como estratégia social de desenvolvimento na comunidade.

O conceito de RS pode, pois, ser entendido a dois níveis: a nível interno, o que se relaciona com os trabalhadores; e a nível externo, o que considera as consequências das ações de uma organização sobre a sua envolvente externa, incluindo, entre outros elementos, os seus parceiros de negócio e o ambiente.

Conferindo às empresas uma participação mais ativa na sociedade, o bom governo empresarial passa por assumir práticas de responsabilidades económicas e legais; de responsabilidades éticas; e de responsabilidade discricionárias (filantropia). Estes três tipos de preocupações, designam-se por Triple Botton Line: económicas e financeiras (criação de riqueza), sociais (valorização das pessoas) e ambientais (redução dos impactos nocivos). Segundo João Soares do grupo Portucel *“para uma sociedade crescer economicamente viável, tem de ser ambientalmente responsável e socialmente aceitável”*(Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada pela CGD e pelo Jornal Diário Económico no dia 12 de Setembro de 2011, onde estive presente).

Do mito de empresa filantrópica passou-se, realmente, à materialização de boas práticas de RS, auditáveis e certificáveis, tal e qual como a qualidade dos processos produtivos e administrativos. Efetivamente, a sociedade já começa a exigir essa responsabilização, através dos sindicatos, que se batem por um enquadramento regulamentar “mínimo” e uma avaliação “externa” das práticas empresariais.

As empresas, no decorrer da evolução, obrigaram-se a adotar um novo olhar sobre a sua atividade e perceberam que as práticas de RS não são um “acrescento” opcional às atividades nucleares da empresa mas, sim, que sempre que uma empresa desenvolva a sua ação numa dinâmica de criação de mais-valia nas dimensões económica, social e ambiental, limitando os impactes negativos e reforçando os aspetos positivos, pode e deve servir como uma fonte de oportunidades potenciais, estimulando a criatividade e a inovação. A empresa responsável deverá contribuir para a criação de uma cultura de

responsabilidade aos diferentes níveis de intervenção, nomeadamente no respeito pela liberdade de atuação dos parceiros sociais e, principalmente, no respeito pelos recursos comuns, preocupando-se com a manutenção das condições de operacionalidade do ambiente em que se insere. Trata-se de um exercício de cidadania. É condição indispensável à perenidade, quer da empresa, quer do meio ambiente.

As vantagens da RS são várias. Uma estratégia de cooperação entre os vários stakeholders poderá levar à inovação. A confiança dos consumidores, ativada por práticas de RS, poderá ser um contributo para o crescimento económico da empresa. As empresas poderão desempenhar um importante papel na prevenção e no combate à corrupção e ao suborno e ajudar a prevenir o uso das empresas para branqueamento de capitais e financiamento de atividades criminosas. Estas práticas também geram outras vantagens sociais como melhores empregos, locais de trabalho mais seguros e favoráveis aos trabalhadores, integração da igualdade entre homens e mulheres e transferência de inovação ou tecnologias para comunidades locais ou países em desenvolvimento, proporcionando um desenvolvimento Norte-Sul mais equitativo do ponto de vista económico e social.

### **2.2.1 O estado de arte da Responsabilidade Social em Portugal**

A atividade da RS não se confunde com mera caridade e repõe a RS no centro da atividade empresarial numa perspetiva de performance. Alguns estudos realizados por empresas de consultadoria (KPMG, Delloite, etc. - vejam-se referências bibliográficas) sobre esta temática, têm evidenciado que, em Portugal, a RS tem um sentido essencialmente interno. Apesar do conceito ainda não estar interiorizado numa grande maioria de consumidores, as empresas começam a ser socialmente ativas. Tradicionalmente, privilegiam aspetos mais paternalistas das relações laborais, como

apoios às áreas da saúde, cultura e desporto, de colaboradores e familiares. De fato, as melhores condições internas de funcionamento das empresas, garante trabalhadores identificados com os objetivos da empresa, elevada auto-estima e espírito de equipa, garantindo elevada produtividade.

A progressiva entrada em outros domínios como o ambiental surge, em especial nas grandes empresas, à medida que estas se vão apercebendo que o altruísmo e a ética (que enformam a RS) “Também Vendem”. Ao nível da sustentabilidade ambiental, os estudos<sup>3</sup> apontam para o seguinte: as motivações das empresas resultam da necessidade de cumprimento das regulamentações, da redução de custos e da melhoria de imagem junto dos clientes. A RS é uma forma de obviar à pressão exercida pela comunidade em questões que se relacionam com o uso racional dos recursos naturais e com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta. Outro aspeto apontado da RS é a melhoria da imagem de Marca da empresa. Garantindo uma fidelidade de clientes e demais colaboradores, melhora, igualmente, a relação com a comunidade e com os poderes públicos, garantindo uma posição confortável e segura, de “confiança no futuro”, quer na forma como a comunidade reconhece a empresa, quer nos apoios dos poderes públicos.

Em termos gerais, as principais barreiras à RS em Portugal apontadas ao nível da responsabilidade ambiental são: a falta de informação sobre esta temática especialmente para as empresas de menor dimensão e gestão mais tradicional; falta de tempo, de recursos humanos, de conhecimento e de meios financeiros para desenvolvimento destas atividades e da sua apreciação através de relatórios de RS; falta de interação entre os vários departamentos funcionais e níveis de decisão dentro da empresa; própria incapacidade de identificação das ligações entre o negócio e a RS

---

<sup>3</sup> Das empresas de Consultadoria KMPG e Deloitte.

empresarial. Iremos, no próximo ponto abordar a importância dos recursos naturais, nomeadamente, dos recursos florestais portugueses, no desenvolvimento sustentável, inserindo-se nas práticas de RS empresarial.

### **2.3 A importância dos Recursos Naturais: As Florestas**

As florestas constituem um grandioso recurso natural renovável. A importância da floresta na manutenção do equilíbrio do ecossistema natural do planeta assenta em diferentes planos: Fomenta a qualidade do ar, equilibrando o “efeito de estufa” e combate as alterações climáticas enquanto sumidouro de CO<sub>2</sub>; Suporte da biodiversidade; Evita a erosão do solo (combate à Desertificação); Regula os cursos de água e armazena água nos solos; Funciona como elemento modelador da paisagem; Tem um papel de recreação social; Rentabiliza o capital; Gerador de emprego nas zonas mais deprimidas. A floresta, como recurso natural que é, encontra-se exposta a uma pressão humana através do abate de árvores, sujeitas a graves ameaças como a poluição atmosférica, incêndios, alterações climáticas, e também a ataques de parasitas, doenças e pragas. Infelizmente, a deficiente gestão e indefinição da propriedade agravam os problemas acima referidos. As florestas constituem, um dos principais recursos renováveis do Mundo e a mais importante componente da natureza no território europeu. Em Portugal, ocupam 38% do território (3,54 milhões hectares) e constituem um importante setor de atividade que envolve mais de 150 mil trabalhadores e onde a produção económica anual da floresta portuguesa é avaliada em 1,2 mil milhões de euros (fonte ICNF).

É fundamental promover uma efetiva gestão florestal como forma de preservar e dinamizar um importante recurso nacional e, simultaneamente, contribuir para o cumprimento dos limites de emissão estabelecidos para Portugal no âmbito do

protocolo de Quioto<sup>4</sup>. Através da fotossíntese, as florestas acumulam dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) que captam da atmosfera ao longo do seu processo de crescimento, ao mesmo tempo que libertam oxigénio. Quando geridas de forma sustentável, as florestas funcionam como reservatório de carbono, reduzindo as concentrações de CO<sub>2</sub> na atmosfera e contribuindo positivamente para o combate às alterações climáticas. De acordo com o relatório *State of the World's Forest 2011* da FAO se cada tonelada de CO<sub>2</sub> custasse 20 dólares, o papel das florestas enquanto sumidouro de carbono equivaleria, por ano, a um total de 600 milhões dólares, o que demonstra o valor financeiro que as florestas têm através dos mercados de carbono<sup>5</sup>. Por outro lado estima-se que 17,4% das emissões de gases com efeito de estufa provenham do setor florestal, concretamente dos incêndios e desflorestação nos países em desenvolvimento. O *Global Forest Resources Assessment* mostrou que o desmatamento, na primeira década dos anos 2000, caiu 18 %, relativamente ao nível da década de 90. No entanto, o aumento das temperaturas e secas representam ameaças crescentes (FAO, 2010).

Os recursos naturais florestais têm características próprias como a **Regeneração/Renovação**, e a existência de **Externalidades**<sup>6</sup>; com reflexos importantes na sua Análise Económica. No caso das florestas, os modelos de

---

<sup>4</sup> De acordo com a Convenção para as alterações climáticas das Nações Unidas o protocolo de Quioto é um acordo entre 37 países industrializados e a União Europeia para reduzir a emissão dos gases de efeito de estufa em cerca de 5% em relação ao período de 1990 num período de 5 anos, de 2008-2012. (<http://unfccc.int>). Os países em desenvolvimento podem participar em atividades de reflorestação no âmbito do Mecanismo do Protocolo de Quioto de Desenvolvimento Limpo (CDM), para compensar as emissões globais.

<sup>5</sup> Instrumento económico que permite construir um sistema de incentivos, integrado no sistema de gestão e conservação ambiental e dos recursos naturais. São afetados direitos de uso, é calculado um preço de transação dos direitos, e a transação de direitos é livre. Os mercados de emissões, são direitos de emissão transacionáveis. Definem o nível de poluição socialmente aceitável.

<sup>6</sup> Os custos marginais privados, não correspondem aos custos marginais sociais (ex.: custos de poluição), o mercado não é eficiente pois o custo externo imposto à sociedade não está a ser verdadeiramente pago.

Faustman e de Hartman, com as suas regras de otimização do período de rotação da floresta, são significativos pelas indicações de ordem prática que introduzem<sup>7</sup>.

Apesar do problema da Não Exclusão não ser aqui fundamental, em todo o caso, tal não significa que a problemática dos direitos de propriedade<sup>8</sup> não se coloque. De fato, na maioria dos casos, em Portugal, a propriedade dos recursos florestais é pública (*res publica*)<sup>9</sup> ou privada. Subsistem alguns casos de propriedade comunal (*res communes*)<sup>10</sup>, mas não se podem identificar muitas situações de livre acesso (*res nullius*)<sup>11</sup>. Dado que os agentes detentores da propriedade são na maior parte identificáveis, não podemos falar de situações de Não Exclusão, no sentido em que o acesso aos recursos está, de fato, limitado. A restrição ao livre acesso que daqui resulta obvia o surgimento de situações de “tragédia dos comuns” de Hardin<sup>12</sup>, ou seja, a uma sobre-exploração dos recursos. Em todo o caso, a sobre-exploração dos recursos surge em certas áreas, sendo que noutras é a excessiva partição da propriedade florestal que nos conduz a uma subutilização dos recursos<sup>13</sup>. É a presença de externalidades positivas e negativas que mais identifica este setor onde as falhas de mercado<sup>14</sup> ainda subsistem. Certos usos florestais (como a recreação), como não são regulados pelo

---

<sup>7</sup> Nomeadamente, a necessidade de prosseguir uma utilização que tenha em conta, e compatibilize, a capacidade natural de renovação das espécies, com as condições económicas de produção (oferta e procura) e com as condições de otimização intertemporal de escolha do utilizador (em que a taxa de desconto desempenha um papel crucial).

<sup>8</sup> Direito de propriedade sobre um recurso considera-se como a capacidade e disposição para limitar o uso e o acesso a esse recurso, associado à capacidade de o transferir para outros.

<sup>9</sup> Propriedade do Estado, posse e gestão/ controlo pelo Estado

<sup>10</sup> Direitos de uso controlados por um grupo (os proprietários) tendo o direito de excluir os não-membros, os quais têm o dever de respeitar a exclusão.

<sup>11</sup> Direitos de uso dos recursos não exclusivos e não transferíveis, livre acesso de uso do recurso, essa exploração dar-se-á até as rendas económicas se dissiparem. Não existe incentivo à iniciativa individual para promover condições de repovoamento, das espécies, pois os benefícios colhidos são mais reduzidos do que o custo da sua implementação

<sup>12</sup> Os utilizadores de um bem comum são Free Riders, exploram um recurso sem considerarem os prejuízos para a sociedade, tomando em consideração apenas os seus custos e benefícios (ex. descarga de poluentes). Todos os utilizadores têm um incentivo para aumentar as suas próprias taxas de apropriação. Hardin, argumentava que um indivíduo é compelido a aumentar indefinidamente o uso que faz de um recurso porque, se não o fizer, outros o farão – Tragédias dos Comuns.

<sup>13</sup> Que quase nos faz identificar uma situação de verdadeira “Tragédia dos AntiComuns”, como tem sido referido na literatura (de Michelman, 1982, a Heller, 1998, passando por Buchanan e Yoon, 2000).

<sup>14</sup> São consideradas falhas de mercado institucionais a falta de definição correta dos direitos de propriedade.

mercado, não têm, por isso, um preço que reflita o seu valor económico<sup>15</sup>. São exemplos de falhas de mercado: a existência de externalidades negativas (ex.: custos associados à poluição não internalizadas nas decisões económicas pelos agentes, sem que as vítimas sejam objeto de compensação), a natureza de bem público (ex.: biodiversidade – não existem direitos de propriedade definidos e atribuídos e não existe rivalidade no consumo) e a existência de recursos comuns (pescas e florestas).

A renovação do recurso é governada por fenómenos biológicos: o seu stock não é fixo, ele aumentará de stock se puder regenerar e nenhum recurso se pode regenerar a níveis superiores à capacidade de carga do ecossistema onde ele existe. No caso das florestas, a dominância de determinada espécie varia em função do ecossistema, nomeadamente disponibilidade de água, tipo de solo, exposição solar, entre outros fatores. Para poderem manter intatas as suas capacidades produtivas, os ecossistemas têm de se manter estáveis e resilientes<sup>16</sup>.

Daqui, resulta, não só a possibilidade de explorar recursos renováveis indefinidamente, na base de uma taxa de exploração sustentável, mas também a faculdade de investir (dentro de certos limites) nestes recursos, simplesmente explorando-os abaixo do seu limiar de sustentabilidade (Rendimento Máximo sustentado – RMS)<sup>17</sup>. Surge, então a necessidade de gestão dos recursos florestais, o conceito de ordenamento florestal diz: “Ordenamento Florestal, tem por fim regular durante um largo período de tempo todas as operações de cultura e exploração de uma

---

<sup>15</sup> Coase disse que por via da aplicação do conceito de direitos de propriedade, a privatização dos recursos, e a atribuição de quotas permitem a racionalização na exploração dos recursos beneficiando os atores mais eficientes.

<sup>16</sup> A estabilidade é a propriedade dos biótipos recuperarem o seu equilíbrio (inicial do outro) depois de terem sido expostos a um distúrbio gerador de stress. A resiliência é a capacidade do ecossistema em manter a sua estrutura funcional e organizacional original, após ser subtido a um distúrbio. O ecossistema é resiliente se conseguir manter a sua organização, sem sofrer nenhuma alteração catastrófica ou descontinuada.

<sup>17</sup> Conforme, o modelo teórico de Faustman, em anexo na figura 4 - Modelo de rotação florestal de Faustmann: Um modelo dinâmico de gestão ótima da floresta, o que acontece na sobre-exploração dos recursos florestais, é que tem vindo a diminuir a idade de abate, devido à necessidade de plantar a geração de árvores seguintes e de as ver “render” mais rapidamente (Faucheux, S. e Noel, L. 1995).

floresta, de maneira que esta dá uma produção anual constante e a maior possível sem comprometer a sua força produtiva”. Visa, assim, “obter, ao longo do tempo a custos mínimos, um fluxo de bens e serviços de valor constante, num contexto de produção sustentada em termos biofísicos, económicos e sociais” (Pinto, 2000). Note-se que a floresta e um dos seus produtos (madeira) identifica-se como um recurso renovável, contudo limitativo em termos de disponibilidade. Neste sentido, o aprovisionamento mantém-se como uma questão decisiva pois engloba aspetos críticos como o ritmo de replantação, a persistência dos incêndios. Num horizonte temporal longo, calcular os benefícios e custos torna-se difícil. Por forma a melhorar o aproveitamento da área florestal, é urgente impor-se uma política coordenada, passando por programas de florestação que a prazo garantam, em quantidade e qualidade, a madeira necessária.

Em Portugal, manter uma gestão florestal ativa, desenvolvida pelos proprietários privados (e combater o seu absentismo) é, crucial. A deficiente dimensão e organização da propriedade florestal privada nalgumas regiões de Portugal, constitui um dos estrangulamentos ao desenvolvimento do setor: cerca de 85% da superfície florestal é de entidades privadas (Pinho, J. 2000). As “plantações” são alvo de uma crítica generalizada devido à monotonia estrutural, à pequena diversidade na composição florística, à intensa utilização dos recursos naturais.

Simultaneamente, é necessário equacionar mecanismos de financiamento devido a insuficiências das organizações para uma produção competitiva; bem como reduzir eficazmente o número e extensão dos fogos florestais. No entanto, para definir uma política florestal, torna-se necessário superar o problema da insuficiente informação acerca da gestão florestal<sup>18</sup>. Note-se, que o interesse pelos recursos florestais tem vindo a aumentar em apenas 8 anos em Portugal, devido à existência de apoios ao

---

<sup>18</sup> Em Portugal, durante muito tempo existiu alguma ineficiência legislativa, acompanhada de ausência de instrumentos económicos adequados.

investimento, com base em fundos comunitários; à perceção das boas condições morfológicas para a produção florestal; à capacidade de exportar produtos específicos de alta qualidade (como a cortiça); à possibilidade de expansão da área florestal mediante a disponibilidade existente em terras; e a importância estratégica para o desenvolvimento.

Vamos apresentar de seguida, o estudo de caso, inserindo-o na perspetiva ecológica da RS empresarial.

### **3. Estudo de caso: A Caixa Geral de Depósitos e as práticas de Responsabilidade Social na dimensão da Sustentabilidade Ambiental para as Florestas**

#### **3.1 A CGD: Missão e Posicionamento Responsável**

A CGD foi fundada em 1876, e desde então tem consolidado a sua posição em Portugal e fora, como um Grupo Financeiro prestigiado. Está presente em 23 países, 4 continentes, detendo uma posição de liderança nas principais áreas onde atua, com destaque para a banca de Retalho em Portugal, a atividade seguradora, a Gestão de Ativos e a Banca de Investimento. O único acionista é o Estado.

A missão do Grupo CGD assenta na consolidação da sua posição como um grupo estruturante do sistema financeiro português que tem vindo a alcançar, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para: o desenvolvimento económico; o reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas; e estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

Enquanto líder no mercado, a CGD defende uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre num quadro de gestão prudente dos riscos. Uma das principais diretrizes estratégicas orientadoras da atividade da

CGD consubstancia-se na opção ao desenvolvimento social e cultural, na promoção de princípios e práticas sustentáveis, bem como ser uma referência no que concerne ao Bom Governo.

Os seus valores são: Rigor; Transparência; Segurança; Responsabilidade/Cidadania; Integridade; e Confiança.

A Caixa subscreve 3 códigos de conduta essenciais para o bom desempenho económico, social e principalmente ambiental que são:

- *Carbon Disclosure Project (CDP)*, desde 2008;
- Programa Ambiental das Nações Unidas para o setor financeiro (*United Nations Environment Programme – Finance Initiative: UNEP FI*), desde 2009;
- Carta para o Negócio Responsável do *World Savings Banks, Institute/European Savings Banks Group (WSIBI/ESBG)*, em 2011.

A Caixa está firmemente comprometida com o desenvolvimento sustentável. Esta forma de atuar traduz-se na adoção voluntária de um conjunto de compromissos de cariz económico, ambiental e social que vai muito acima das suas obrigações legais e que contribuem para o desenvolvimento do negócio e aumento da competitividade<sup>19</sup>. Atendendo às especificidades do negócio financeiro, a CGD identifica um conjunto de impactes positivos decorrentes da atividade de RS que se prendem, entre outros, com o desenvolvimento económico e sustentável, o reforço da competitividade, a internacionalização e capacidade de inovação das empresas, a criação de emprego, a inclusão financeira bem como a promoção do consumo responsável e das energias renováveis. Uma vez identificadas os impactes positivos e os inevitáveis negativos da CGD (como, por exemplo, o consumo de recursos naturais associados à sua

---

<sup>19</sup> Como referiu a Dra. Paula Viegas no inquérito realizado à mesma: “o bom governo não é apenas o respeito pelas regras legais e a procura de modelos e práticas de gestão eficazes. O impacto social e ambiental do negócio é uma questão cada vez mais importante nos dias de hoje, existe uma consciência global que a atividade da empresa tem reflexos na sociedade em geral”.

atividade, a geração de efluentes e a criação de resíduos da atividade), é possível compreender que os temas de sustentabilidade acarretam riscos, como já referido no subponto 2.2, mas também oportunidades para o negócio.

Em 2009, a CGD aderiu ao Programa Ambiental das Nações Unidas para o setor financeiro (UNEP FI) tornando-se o primeiro banco Português a fazer parte deste programa. Desde 1991 este programa trabalha as temáticas da sustentabilidade no setor financeiro, tendo como objetivo, a promoção das boas práticas a nível social, ambiental, de *governance* e ética, junto das instituições financeiras internacionais. O UNEP FI, reflete o reconhecimento das Nações Unidas na promoção do DS: os processos de intermediação financeira têm reflexos nos programas de investimento e na afetação dos recursos naturais, com importantes efeitos na transformação do tecido social<sup>20</sup>. Esta adesão ao UNEP FI evidencia a preocupação da Caixa com o longo prazo e confirma a sua atividade em prol da sustentabilidade ambiental. Na base está a convicção da CGD de que os princípios do DS constituem as *guidelines* para o desenvolvimento futuro do planeta. A adesão ao UNEP FI representa um compromisso público com o DS. A RS segundo as afirmações dos responsáveis está, no “código genético” desta empresa/grupo (*“da história se conclui que a CGD, ao longo de 133 anos, serviu várias vertentes da sociedade Portuguesa, tendo tido sempre presente o princípio moral da intervenção social”*).

As prioridades estratégicas do grupo CGD para o período 2008 - 2010 são as seguintes: consolidar a evolução de crescimento rentável (em Portugal e nos mercados internacionais), alinhando com as melhores práticas em eficiência operativa e qualidade de serviço; desenvolver uma política de recursos humanos baseado nos valores e cultura da empresa, do conhecimento, da comunicação e do desempenho;

---

<sup>20</sup> “O DS visa o aproveitamento racional dos recursos naturais com salvaguarda da capacidade de renovação dos recursos, estabilidade ecológica e respeito pela solidariedade inter-geracional” (UNEP).

apoiar o desenvolvimento cultural e social, promover a sustentabilidade e ser uma referência de Bom Governo em Portugal. As prioridades de gestão da CGD são potenciar a atuação ao nível cultural, social e promover a sustentabilidade; desenvolver melhores práticas de *governance* e de conduta ética. Neste contexto, foi consolidado em 2010 o Programa de Sustentabilidade da CGD, que decorre sobre pilares essenciais de posicionamento que orientam a atividade do banco, visando a criação de valor: economicamente rentável, financeiramente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, como se pode verificar em anexo, na Figura 5 – Linhas orientadoras da política de sustentabilidade da CGD (Relatório de Sustentabilidade da CGD 2010), sendo a dimensão da proteção ambiental assunto do nosso interesse no presente trabalho.

Com esta política de sustentabilidade a CGD, garante a integração de variáveis não financeiras na estratégia global da empresa; a partilha de conhecimento e experiências nesta temática com as unidades do Grupo que atuam noutros mercados; a criação dos mecanismos necessários para integrar, em conjunto com os seus Stakeholders, os assuntos ambientais e sociais na gestão corrente, de forma a assegurar a liderança nacional nos serviços financeiros sustentáveis; o reporte de toda a sua atividade de forma transparente e de acordo com as melhores práticas internacionais; o contributo para a divulgação dos princípios do DS.

A comunicação aos stakeholders sobre os compromissos assumidos e respetivo grau de concretização é considerado de elevada importância para a CGD uma vez que demonstra, o empenho e esforço que tem sido realizados nesta matéria, estando consciente que o não cumprimento dos compromissos comporta riscos de natureza reputacional, de perda de oportunidades de realizar benefícios e criação de valor bem como incorrer em custos adicionais.

As ações desenvolvidas são muito variadas, segundo o apurado no questionário à CGD e através do seu site. No âmbito da informação sobre riscos ambientais destaca-se a iniciativa Banca & Investimento – Financiar o Ambiente em Portugal 2009/2011 sob a égide da UNEP-FI. Durante 2010 foram realizados workshops dedicado ao tema dos recursos naturais, alimentação e retalho, onde foram analisados os setores da agricultura, floresta, pesca e retalho.

Em termos estratégicos, a CGD tem vindo a apostar no desenvolvimento de soluções financeiras ambientalmente responsáveis. Nomeadamente disponibilizando linhas de crédito criadas especificamente para a aquisição de equipamentos que utilizam energias renováveis, permitindo a redução da fatura energética dos seus clientes, e também no financiamento automóvel, a CGD incentiva à compra de veículos com baixas emissões de CO<sub>2</sub>, através da redução do spread. A solução Caixa Empresas Energias Renováveis da CGD apoia as empresas que decidem investir na melhoria da eficiência energética e na utilização de energias renováveis – solares térmicas e fotovoltaicas, hídricas e eólicas, visando a poupança de energia e a microprodução, bem como a instalação de parques para a produção de energia. E ainda, a CGD instalou no seu edifício da Culturgest um sistema de energia solar para o auto-consumo.

Dando um sentido unificador à sua estratégia de RS para a sustentabilidade ambiental, a CGD desenvolve, desde 2007, um programa estratégico no combate às alterações climáticas – **Programa Caixa Carbono Zero**. Um dos vetores fundamentais deste programa – vetor Negócio – traduz-se na criação/manutenção de produtos e soluções financeiras que promovam a utilização de tecnologia e adoção de “comportamentos de baixo carbono”. Destaca-se o **Cartão Caixa Carbono Zero**, um cartão de crédito que facilita o acesso a bens e serviços de baixo carbono e propícia, através do cash-back

créditos de carbono aos seus clientes. Este cartão privilegia a comunicação eletrónica, é fabricado num plástico isento de cloro e reciclável e compensa as emissões inevitáveis resultantes da sua produção. Permite, compensar as emissões de CO<sub>2</sub>, através de projetos de florestação de áreas localizadas em Portugal continental, como o caso da **Tapada Nacional de Mafra (Projeto Floresta Caixa)**.

Apesar do caráter voluntário de implementação dos Relatórios de Sustentabilidade como ferramenta da gestão, o que se verificou foi a introdução da obrigatoriedade da comunicação pelo Global Report Initiative (GRI) por parte das empresas. No último relatório de Sustentabilidade a OEKOM atribui uma classificação de Bom -, no que diz respeito ao eixo ambiental (o que representa que ainda há muito que fazer), em todo o caso, no geral recebe a notação máxima de A+. De fato, os relatórios desempenham um importante papel na definição de uma visão interna integrada e de um nível de reputação e credibilidade perante a sociedade<sup>21</sup>, pelo que se conclui que “os relatórios parecem ser considerados mais uma ferramenta de marketing e de comunicação e menos uma ferramenta direta de valorização económica ou de mercado” (Sardinha e Mendes, 2009).

### **3.2 A Estratégia Caixa Carbono Zero 2010**

Dado o seu significado, justifica-se uma abordagem mais particularizada à Estratégia Caixa Carbono Zero.

O desafio das alterações climáticas e a sobreexploração dos recursos naturais altera a lógica da decisão económica impondo novas exigências de investimento e gestão de risco, ao mesmo tempo que incentiva a novos mercados (energias renováveis) e novas soluções financeiras. A CGD reconhece esta situação como uma oportunidade. Neste

---

<sup>21</sup> Benston, em 1982, afirmava que “os relatórios financeiros são efetuados na tentativa dos gestores maximizarem a qualidade das suas relações com os stakeholders no sentido de aumentarem a sua reputação”.

sentido, a caixa promove, como vimos, desde 2007, o programa Caixa Carbono Zero, um programa estratégico até 2015, que visa contribuir para a redução do impacto ambiental das suas atividades, ao mesmo tempo que induz boas práticas junto dos seus colaboradores, clientes e sociedade em geral. O programa Caixa Carbono Zero 2010 concretiza a estratégia agindo em cinco valores:

- 1) Informação: a caixa informa sobre a redução de carbono;
- 2) Ação Interna: a caixa reduz consumos de energia e emissão de carbono;
- 3) Compensação: a caixa compensa emissões de carbono inevitáveis;
- 4) Mercado: a caixa promove negócios de baixo carbono;
- 5) Comunicação: comunica através da Caixa Carbono Zero.

Este programa tem como objetivos um maior conhecimento sobre os níveis de emissão das atividades da caixa (que permitem a definição de metas de redução dos gases com efeito de estufa - GEE); mais eficiência económica; monitorização e avaliação do desempenho ao nível ambiental; desenvolvimento de novos negócios que reforcem a posição do grupo no mercado nacional – com novas soluções de apoio e incentivos aos clientes da caixa para a alteração da sua fatura energética, apoio aos projetos de demonstração nos domínios da eficiência energética e promoção da educação e literacia do carbono junto dos colaboradores e clientes.

Estas estratégias têm aumentado a reputação da sua marca, o estudo “Marcas de Confiança” voltou a eleger em 2011 a caixa como Marca de confiança em Portugal, e reconheceu a caixa como a marca que, na categoria da Banca, “mais iniciativas tem realizado com vista à preservação do planeta”.

Integrado na Estratégia Caixa Carbono Zero, o Cartão Caixa Carbono Zero trata-se de um Cartão de Crédito que dá créditos de CO<sub>2</sub>. As emissões são quantificadas e compensadas através de créditos de carbono, ou seja, o montante acumulado no

programa de cash-back<sup>22</sup> é canalizado para projetos que observem ou evitam dióxido de carbono, gerando créditos, que permitem ao seu utilizador compensar emissões inevitáveis da produção e distribuição do cartão, o que torna um produto com efeito nulo no clima – um Cartão Carbono Zero.

Note-se que os critérios de carbono utilizados pela CGD para compensação das emissões obedecem a um conjunto diversificado de critérios que garantem elevados níveis de integridade e que potenciam benefícios sociais e ambientais:

- Garantia de efetividade, mensurabilidade, adicionalidade, permanência, ausência de dupla contagem e verificação externa;
- Utilização preferencial de créditos gerados por projetos desenvolvidos no mercado voluntário de carbono;
- Preferência por créditos com certificação Voluntary Carbon Standard (VCS) e Voluntary Gold Standard (VGS) e no caso de projetos agro-florestais, certificação Climate Community and Biodiversity Alliance (CCB) e Plan Vivo;
- Preferência por projetos de energias renováveis e eficiência energética. São considerados projetos agro-florestais que cumprem os critérios de legibilidade CarbonZero®, demonstram elevados benefícios em termos de contributo para o DS e garantem adequados mecanismos de gestão dos riscos de reversibilidade.

Para a compensação de emissões em 2011, foram utilizados créditos gerados por um projeto tecnológico de substituição de combustível fóssil por biomassa, localizado no Brasil (VCS), complementados por créditos gerados pelo projeto Floresta Caixa

---

<sup>22</sup> Através de um programa de cash-back até 1,5%, o Cartão Caixa Carbono Zero oferece-lhe créditos de carbono que permitem compensar emissões associadas ao seu dia a dia. Este serviço de sequestro ou redução de emissões é expresso em créditos de carbono, que correspondem à quantidade de CO<sub>2</sub> retirada da atmosfera.

Os valores de cash-back são investidos em projetos que sequestram dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) ou evitam a sua emissão.

Carbono Zero na Tapada Nacional de Mafra. Quanto ao primeiro, o projeto consiste na instalação, na Nobreal Celulose e Papel S.A., em Pindamonhangaba, no Brasil de um sistema de co-geração que utiliza resíduos de biomassa como combustível. Este sistema permite substituir as caldeiras de fuelóleo anteriormente utilizado e reduziu o consumo de eletricidade da rede, gerando uma redução das emissões de CO<sub>2</sub>. O projeto contribui para a sustentabilidade ambiental local, substituindo a utilização de combustíveis fósseis por uma fonte de energia renovável e garante, simultaneamente, o correto encaminhamento dos resíduos de madeira e das aparas que anteriormente libertavam metano no seu processo de degradação. O segundo projeto referido será abordado em ponto posterior.

### **3.2.1 Floresta Caixa**

Em Portugal, a especificidade da floresta tem chamado a atenção do posicionamento responsável de algumas empresas. A CGD incluída: a atuação da CGD vai desde o apoio a diferentes projetos de florestação com diversos parceiros (Quercus e ANEFA) e recuperação de zonas ardidas, passando por ações de Sensibilização Ambiental para a importância da floresta com a participação de vários parceiros.

O Programa Floresta Caixa visa contribuir para a construção de uma nova floresta em Portugal. Uma floresta constituída por espécies autóctones gerida de forma ativa e sustentável, segundo a Dra. Paula Viegas “no âmbito da vertente ambiental da sua estratégia de sustentabilidade, no que refere à floresta, a Caixa aposta na continuação das ações de plantação de espécies autóctones e na preservação da floresta nacional com iniciativas próprias e apoiando as ações que se afiguram oportunas... continuaremos, também, a apostar na sensibilização da comunidade para a importância da floresta e sua preservação”. O seu programa **Floresta Caixa** de sensibilização

ambiental e de apoio à sustentabilidade florestal tem marcado a atuação de RS da CGD. Assim, o Cartão Caixa Carbono Zero integra-se no programa Floresta Caixa e contribui para a construção de uma nova floresta em Portugal (*“uma floresta constituída por espécies autóctones...com garantia de monitorização das espécies plantadas, durante 30 anos, e que conta atualmente com 107.000 árvores, dispersas por diversas localizações, de norte a sul do país”*), onde os créditos de carbono do cartão foram canalizados para a reflorestação da Tapada Nacional de Mafra fortemente afetada pelo incêndio de 2003.

Foram desenvolvidas várias ações de florestação e recuperação de espaços verdes, em todo o país, em parcerias com Autarquias, Associações do ambiente, colaboradores, crianças de escolas e escuteiros, entre outros. As ações de florestação mais significativas, da CGD conjuntamente com a ANEFA (Associação Nacional de Empresas Florestais Agrícolas e do Ambiente), visam a adoção de espécies autóctones, como carvalhos, azinheiras, plátanos e castanheiros que são eficazes na prevenção do fogo, desde 2006 em diversas iniciativas: Paredes de Paredes de Coura; Guarda; Piódão; Caldas de Vizela.

Também a preocupação da Quercus passa pela plantação de espécies autóctones em parceria com a CGD, o programa chama-se “Criar Bosques, Conservar a Biodiversidade”, e integra os projetos do 1º semestre de 2009 que abrange cerca de 15 hectares, nas seguintes localidades: Montemor-o-Novo; Serra de São Mamede; Idanha-a-Nova; Castanheira de Pera; Azambuja; Penamacor; Vila Pouca de Aguiar; Murça. No 2º semestre de 2009, para celebrar o dia da floresta autóctone a plantação foi de cerca de 18 hectares, nas seguintes localidades: Baião; Cadaval; Grândola; Ponte de Sôr; Portalegre; Sabugal; Soure; Vila Real.

O programa Floresta Caixa Carbono Zero destina-se a um conjunto de novas áreas florestais que cumprem os requisitos necessários a uma efetiva compensação de emissões, tal como definidas pela infraestrutura CarbonoZero®, como se pode ler em anexos, na figura 6.

### **3.2.2 Ações de sensibilização Ambiental**

No domínio florestal, a CGD tem vindo a promover diversas ações de sensibilização ambiental:

- Movimento ECO – Empresas contra os fogos. A Caixa aderiu ao Movimento ECO com o objetivo de sensibilizar a opinião pública para os comportamentos de risco e envolver a sociedade civil e empresarial na prevenção e combate aos incêndios florestais.
- Caixa assinala o Dia da Criança com apoio à Revista Azambúzio, uma publicação infantil de atividades de educação ambiental no Município de Ílhavo – Ria de Aveiro.
- Seminário e Workshops “Mercados e Serviços de Ecossistemas. Floresta: Tendências Globais e Práticas Locais”. A convite da Quercus, a Caixa participou no evento como Mecenaz Principal, este ocorreu a 26 de Abril na Fundação Luso-Americana em Lisboa, onde foram abordados temas atuais, dentro da problemática da sustentabilidade, na sua vertente ambiental, como é o caso dos ecossistemas, biodiversidade e a sua valorização económica, gestão florestal e promoção de melhores práticas, abordagem dos projetos em curso e perspetivas futuras.
- Ano Internacional das Florestas 2011 - A Caixa realizou, durante 2011, uma ampla ação de comunicação na imprensa escrita: “365 dias para recordar que a

floresta não é só paisagem” deu o mote a esta campanha, com o objetivo de divulgar as iniciativas Caixa neste domínio. Destacam-se: um site na Internet “A Nossa Floresta”, destinado ao público infantil e juvenil, até aos 12 anos de idade, com o objetivo destes “saberem mais”, com perguntas/respostas, de ideias e de conteúdos relacionados com o tema; um concurso de fotografia “Floresta a Nossa Herança Global”, promovido pela CGD e pela Liga para a Proteção da Natureza (LPN); um Debate sobre “A Realidade da Floresta Portuguesa”, no qual estive presente no dia 27 de Setembro, este debate partiu da iniciativa da CGD bem como da LPN. E ainda em parceria com a LPN, a CGD realizou, a 4 de Outubro, um workshop sobre compostagem doméstica, visando a aprendizagem dos princípios básicos da compostagem para fazer em casa; e por último um passatempo Caixa Activa para comemorar o dia dos Avós, decorreu no Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros, a 26 de Julho de 2011.

- E no decorrente ano, a 12 de Setembro, a CGD em parceria com o Diário Económico, onde também estive presente, organizou um Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável, onde foram abordados temas como a economia verde, o empreendedorismo e a inovação social.
- Redução do consumo de papel de fotocópia. O papel em formato A4 consumido, é certificado pelo *Forest Stewardship Council* (FSC), garantindo que as florestas de onde provêm, são geridas de uma forma sustentável respeitando rigorosos critérios internacionalmente estabelecidos.

### 3.2.3 Tapada Nacional de Mafra

A Real Tapada de Mafra foi criada em 1747, para envolver o Palácio-Convento na vila de Mafra. A Real Tapada tem cerca de 1187 hectares, hoje 360 hectares pertencem à administração militar. Com a implantação da República, a Real Tapada de Mafra passou a chamar-se **Tapada Nacional de Mafra (TNM)**. A partir de 1941, a TNM foi submetida ao regime florestal total, sob tutela da Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. Em 1993 a TNM foi concessionada à Empresa Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Cinegética (ENDAC), uma sociedade de capital exclusivamente público na dependência do Ministério da Agricultura. Atualmente a gestão da TNM é assegurada por uma *Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada*, criada em Setembro de 1998 pela Resolução de Conselho de Ministros nº 7/98, para aproveitamento dos recursos da Tapada. O Estado aparece a deter posição maioritária no seu capital social. A gestão da Tapada é em parceria com a Câmara Municipal e entidades privadas.

A gestão da TNM tem por objetivo principal a investigação e preservação da fauna e da flora, a educação ambiental, a atividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural. E, naturalmente, tem em conta o princípio da sustentabilidade do espaço no respeito pela sua história, cultura e património. Para alcançar estes objetivos a TNM compromete-se a:

- Assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais;
- Atuar na defesa e promoção do seu património histórico, cultural e ambiental;
- Contribuir para o desenvolvimento local, criando um produto turístico sustentável;
- Promover a regeneração florística da Tapada;

- Gerir as populações cinegéticas em equilíbrio com os outros recursos naturais;
- Apoiar atividades de investigação científica;
- Divulgar os compromissos ambientais assumidos e desenvolver ações de educação ambiental.

A diversidade florística é uma constante nos 1187 hectares da TNM, e isso permite uma grande diversidade de espécies animais, associado ao fato de ser uma área morada e vigiada. As aves constituem um dos grupos mais representativos. Os mamíferos fazem as delícias dos visitantes, nomeadamente o gama, o veado e o javali. Com o incêndio de 2003, 52% da área da Tapada ficou queimada, e desde então existe uma preocupação na reflorestação das áreas ardidas por espécies autóctones como o carvalho (“Em Outubro/Novembro de 2003 procedemos à recolha de cerca de quinze mil sementes de sobreiro e quinhentas de Carvalho-cerquinho para propagação em viveiro, árvores estas que só estiveram prontas para plantação no Outono de 2004”).<sup>23</sup> Existe um Plano de Gestão aplicado, que pretende inverter esta tendência da ocorrência de incêndios. Criando descontinuidades, promovem a compartimentação do espaço florestal e, ao mesmo tempo, melhoram as condições para a fauna cinegética e a reconversão das áreas de matos. Na área não ardida, os matos ocupam 31.2 % da área. Aqui o fogo controlado será utilizado essencialmente para controlar a carga de combustíveis, sem procurar alterar significativamente a área ocupada pelos matos. Com esta estratégia de mosaico, com zonas prescritas para fogo controlado e zonas sem intervenção promove-se o efeito de orla, o que proporciona ao crescimento das espécies animais. A TNM tem, hoje em dia, um risco baixo a moderado de ocorrência de incêndios. Colabora com o dispositivo de Defesa da Floresta Contra Incêndios municipal (DFCI), com a equipa interna de Sapadores Florestais, não só na sua área,

---

<sup>23</sup> Informações retiradas do web site [www.tapademafra.pt](http://www.tapademafra.pt).

mas também na área envolvente. Adicionalmente a TNM dispõe de duas viaturas pesadas de combate a incêndios, tripuladas por funcionários nos dias de maior risco.

A gestão florestal prende-se, igualmente, com a exploração de povoamentos de eucalipto, pinheiro-manso e pinheiro-bravo. A área de eucalipto tem vindo a diminuir, devido ao esforço de erradicação de áreas ocupadas por esta espécie que, por serem muito dispersas e de reduzidas dimensões, e por não serem economicamente viáveis. Do pinhal-manso, extrai-se o pinhão e do pinhal-bravo aproveita-se a madeira das árvores mais velhas, com sinais de enfraquecimento. Para a manutenção dos povoamentos autóctones, estes têm sido alvos de poda periódica bem como desramações e desbastes.

Futuramente, a TNM irá integrar a ZIF Mafra Oeste (Zona de Intervenção Florestal Mafra Oeste), apoiando a gestão sustentável de uma área florestal contínua de cerca de 2600 hectares, sendo a TNM um dos membros do núcleo fundador desta ZIF.

A CGD desenvolve a sua atividade em áreas urbanas, pelo que o risco de estar localizado em áreas protegidas ou de interesse para a biodiversidade, ou em áreas adjacentes é nulo. Mas como vimos, a sua atuação de RS tem-se sentido no domínio da floresta, tema que nos interessa particularmente.

O fogo de 2003 e a possibilidade de estender a sua ação de RS à TNM foi uma oportunidade para a CGD. Assim, programou-se uma intervenção financiada pela CGD: “O projeto assegura novos povoamentos de Sobreiro e Pinheiro Manso, num total de 10.000 árvores”<sup>24</sup>. A TNM é o primeiro projeto a beneficiar dos fundos disponibilizados pelo Cartão Caixa Carbono Zero, são cerca de 50 hectares fortemente afetados pelos incêndios de 2003. O projeto integra a elaboração e implementação de

---

<sup>24</sup> Informações retiradas do web site [www.tapadademafra.pt](http://www.tapadademafra.pt).

um plano de gestão de carbono que vai permitir o sequestro de um volume total de cerca de 3000 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

### **3.3 RS e performance da Caixa**

É difícil avaliar os impactos da RS na performance das instituições porque a informação quantitativa disponibilizada nos Relatórios de Sustentabilidade é ainda insuficiente e a própria elaboração destes é relativamente recente. Mas alguns elementos informativos podem chamar a nossa atenção, numa análise qualitativa, a performance da CGD no que se refere às práticas de RS é Positiva para o Ambiente, exemplo disso são as distinções mais recentes na área da sustentabilidade segundo o Relatório de Sustentabilidade 2011 da CGD:

Distinção da Marca:

- A CGD foi considerada *Marca de Confiança* na atuação Ambiental – Seleções Reader's Digest;
- A CGD foi líder em Notoriedade de Marca – Top-of-mind e Espontânea, no setor bancário português, de acordo com os estudos da BrandScore, Brand Performance Barometer 2011 – Relatório BrandScore do Grupo Consultores.

Líder em práticas de RS:

- O programa *O Planeta Agradece* foi distinguido com o prémio “Eficácia em Responsabilidade Social”;
- A CGD foi avaliada pela OEKOM, uma agência alemã de rating de sustentabilidade empresarial, como empresa *best in class* no setor financeiro ao nível internacional;
- O Grupo CGD foi considerado *The Best Sustainable Banking Group (Portugal) 2011* (TNE Awards, UK);

- A CGD recebeu o “Prémio Destaque 2010/2011” na 4ª edição do “Prémio Desenvolvimento Sustentável 2010/2011”, promovido pela Heidrick & Struggles e pelo Diário Económico, 2011;
- A revista The New Economy, distinguiu a CGD o “Grupo Financeiro Mais Sustentável de Portugal”, pela 2ª vez consecutiva.

Líder no Combate às alterações Climáticas:

- O Carbon Disclosure Project (CDP), classificou a CGD como a “Melhor Empresa Portuguesa; “Melhor Instituição Financeira Ibérica” e “Top 6 das Melhores Empresas Ibéricas”, pelo contributo para uma economia de baixo carbono com nota máxima de A;
- Foi considerada a “Melhor Instituição Financeira”, 2ª posição no total de 82 empresas avaliadas pelo índice ACGE de Responsabilidade Climática em Portugal.

O negócio assente nos pilares da sustentabilidade assume uma importância decisiva, para que subsista uma gestão equilibrada dos recursos disponíveis, a deteção de oportunidades e a criação de valor para o futuro, em alinhamento com as expectativas dos seus stakeholders. O percurso de boas práticas orientadas para a Sustentabilidade ambiental, à preservação dos valores inerentes à cidadania e ética, tem permitido o reconhecimento nacional e internacional da CGD. Podemos apontar alguns dados alcançados pela política de Sustentabilidade Ambiental:

Compensações de Carbono:

- Compensação de 4.068 toneladas de CO<sub>2</sub>, referentes à atividade de 2011 e associadas à frota comercial, aos espaços Culturgest em Lisboa e no Porto, e à produção dos seus relatórios e publicações;
- Redução total de emissões de 15% associados à frota.

Negócio “Amigo do Ambiente”:

- Redução de 34% no consumo de papel de fotocópia;
- Redução de 16% de consumo de envelopes;
- Redução de 47% de plástico sob a forma de cartões bancários;
- Aumento de cerca 19% da reciclagem de resíduos, 590 toneladas/ano de resíduos reciclados;
- Entre 2006 e 2011, redução de 13% do consumo de eletricidade nas instalações da CGD;
- Mais de 33.000 horas em ações de voluntariado;
- 27.800 participantes em ações de literacia financeira;
- Mais de 5.000 pessoas já calcularam a sua pegada carbónica no site da CGD;
- Os programas de florestação já contam com mais de 150.000 árvores.

#### **4. Conclusão**

A dimensão ambiental constitui um dos pilares indissociáveis do DS. Assume, assim, uma importância extrema na temática da RS empresarial, a par das questões económicas e sociais. As preocupações da empresa com o meio envolvente eram negligenciadas, pois eram tidas como mais um custo mas, na verdade, até diminuem custos do capital e custos operacionais afetos à eliminação de resíduos, sistemas de tratamento de efluentes e a poupança de energia (ecoeficiência). As boas práticas ambientais das empresas “permitem proteger a saúde pública e assegurar o acesso futuro aos recursos naturais, contribuindo para a salubridade do meio envolvente” e “permitem a criação de valor pela inovação e elevam o valor da marca” (Santos, et al, p. 51, 60). No caso da Caixa, o estabelecimento de toda a estratégia de RS em torno das alterações climáticas evita dispersões e a imagem desgarrada de uma política sem

sentido ou objetivos claros. Não é apenas filantropia pois permite um conjunto de novas soluções financeiras e de gestão de risco que são compatíveis e reforçam a performance económica da empresa e reforçam as relações com a comunidade.

No caso de estudo apresentado, o fato de atualmente, haver uma importância ética, de transparência, equidade, e acessibilidade à informação, de inclusão da sociedade e dos stakeholders, na comunicação e desenvolvimento de um negócio “amigo” do ambiente, induz práticas sustentáveis e constitui uma importante oportunidade de inovação indutora de vantagem competitiva. Embora subsistam algumas limitações nas análises quantitativas à performance, devido à falta de informação, este estudo pode constituir um interessante ponto de partida para futuras investigações.

Pelo que se conclui da intervenção da CGD, Portugal deve ambicionar estabelecer uma natureza corporativa entre as empresas e o meio social envolvente numa perspectiva de benefício mútuo. A sociedade procurará utilizar a dinâmica empresarial para proporcionar bem-estar e crescimento. Cabe ao Estado um papel facilitador a este processo, embora sem exercer um papel demasiado interventivo, dada a natureza voluntária da RS.

## **5. Bibliografia**

- ✓ BROMLEY, D. (1990), “Testing for Common versus private Property: Comment” *Journal of Environmental Economics and Management*, Vol. 21, pp. 92-96.
- ✓ BURGEMEIER, B. (2009). *Economia do Desenvolvimento Sustentável*. Instituto Piaget, Lisboa.
- ✓ CGD (2010). *Relatório CGD Sustentabilidade 2010*. CGD; Lisboa
- ✓ CGD (2011). *Relatório CGD de Sustentabilidade 2011*. CGD; Lisboa
- ✓ COELHO, M., *et al* (2009), “Responsabilidade Social das Empresas em Portugal: A Sustentabilidade Ambiental enquanto Pilar da RSE”, *1º Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social*, SOCIUS/CES, Lisboa

- ✓ COSTA, A. (2003). *A Política Florestal na União Europeia: O Caso Português*. Tese Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, ISEG, Lisboa.
- ✓ DELOITTE (2003). *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas*, Management Solutions, Relatório, Deloitte, Lisboa.
- ✓ FILIPE, J. COELHO, M. e FERREIRA, M. (2007), *O Drama dos Recursos Comuns, À procura de soluções para os sistemas em perigo*, Edições Sílabo.
- ✓ FAUCHEUX, S. e NOEL, J. (1995). *Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente*, Instituto Piaget.
- ✓ HOWE, C. (1979). *Natural Resource Economics*, John Wiley & Sons, New York.
- ✓ KANT, SHASHI S. (2004), “Economics of Sustainable Forest Mangement”, *Forestry Policy and Economics*, 6, pp 197-203, Faculty of Forestry, University of Toronto, Ontorio, Canada.
- ✓ KNEESE, A. and SWEENEY, J. (eds) (1985/1993). *Handbook of Natural Resource and Energy Economics*, Vol. I, II, III, North Holland.
- ✓ KPMG (2007). *Estudo da KPMG sobre a Publicação de relatórios de Sustentabilidade em Portugal*. KPMG Advisory, Consultores de Gestão; BCSD Portugal; Informa, D&B.
- ✓ PINHO, J. (2000). *Referências para o Planeamento Florestal*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa
- ✓ PEARCE, D. e TURNER, R. (1990). *Economics of Natural Resources and the Environment*, Harvester Wheatsheaf.
- ✓ SANTOS, M., et al (2005). *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*, Celta Editora.
- ✓ TIETENBERG, T. (2006). *Environmental and Natural Resource Economics*. 7th Edition, Addison Wesley Longman, Inc.

Internet:

- ✓ <http://www.cgd.pt>
- ✓ <http://www.tapadademafra.pt/index.php>
- ✓ <http://agenda21ens.cicese.mx/40capitulos.htm>
- ✓ <http://www.icnf.pt/florestas>
- ✓ <http://www.icnf.pt/florestas/gestao-florestal/gfs/afn-gfs>

- ✓ <http://www.icnf.pt/florestas/pancd>
- ✓ <http://www.unep.org/>
- ✓ <http://www.aimmp.pt>
- ✓ <http://www.fao.org>
- ✓ <http://www.condominiodaterra.org>

“Só quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto, e o último rio for poluído, é que o Homem perceberá que não pode comer dinheiro”

Provérbio Indígena

Nota: Este trabalho foi impresso com o papel “Discovery, 70 g.m<sup>-2</sup> Eco-Eficiente” do Grupo Portucel Soporcel, com o rótulo da União Europeia - Ecolabel. O rótulo ecológico da UE ajuda a identificar produtos e serviços que têm um impacto ambiental reduzido durante o seu ciclo de vida, desde a extração da matéria-prima até a produção, uso e descarte. Reconhecido em toda a Europa, Rótulo Ecológico da UE é um rótulo voluntário promoção da excelência ambiental, que pode ser confiável. (<http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/> e [www.discovery-paper.com](http://www.discovery-paper.com)). Este trabalho foi redigido segundo o novo acordo ortográfico

## 6. Anexos

**Figura 1 – Estratégia Europeia para o DS (Santos *et al*, 2005, p.18 e 19)**

**Quadro 2.1** Estratégia europeia de desenvolvimento sustentável (síntese das propostas transversais)

### Propostas transversais

Com vista à melhoria da eficácia das políticas de desenvolvimento sustentável, garantindo que as diferentes políticas se complementam e não caminham em sentidos opostos.

Melhorar a coerência das políticas

- Todas as políticas devem ter o desenvolvimento sustentável como a sua preocupação principal. Em particular as revisões das Políticas Comuns devem mostrar como essas políticas podem contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável.
- A Comissão submeterá, ao Conselho Europeu de Laeken, um plano de acção incluindo mecanismos destinados a assegurar que todas as propostas legislativas principais incluam uma demonstração dos seus potenciais benefícios, nas áreas económica, social e ambiental, bem como dos respectivos custos de implementação, dentro e fora da UE. O Conselho e o Parlamento devem corrigir as propostas legislativas dentro do mesmo espírito.

Política de preços justa que mobilize as pessoas e as empresas

- A Comissão dará prioridade, nas suas políticas e propostas legislativas, a uma aproximação baseada no mercado, que forneça incentivos ao nível dos preços, sempre que uma tal estratégia potencie a obtenção de objectivos de natureza social e ambiental, de uma forma flexível e numa relação favorável custo-benefício.

Investir na Ciência e na Tecnologia para o futuro

- A Comunidade deve explorar exaustivamente o potencial (...) para suportar actividades de investigação relacionadas com o desenvolvimento sustentável como uma parte da área de investigação europeia.
- Os Estados Membros devem ponderar como melhorar os serviços públicos, no sentido de promoverem serviços e produtos amigos do ambiente.
- A Comissão encorajará iniciativas do sector privado para incorporar factores ambientais nas suas especificações de aquisição.
- A Comunidade deverá contribuir para estabelecer, até 2008, uma capacidade europeia para a monitorização global do ambiente e da segurança (GMES).

Melhorar as comunicações e mobilizar cidadãos e empresas

- Todas as empresas com pelo menos 500 colaboradores são convidadas a publicar uma *triple bottom line* nos relatórios anuais para os accionistas (...). As empresas da UE são veementemente solicitadas a demonstrar e publicitar a sua adesão, a nível global, às linhas de orientação da OCDE, ou outras equivalentes, para as empresas multinacionais.
- Os Estados Membros devem considerar de que forma os seus sistemas de educação podem ajudar a desenvolver um entendimento mais alargado do desenvolvimento sustentável.

Tomar em conta o alargamento da União, numa perspectiva global

- A Comissão apresentará, na primeira metade de 2002, uma perspectiva abrangente de como a União deverá contribuir para o desenvolvimento sustentável global, antes da Cimeira da Terra (Rio+10) de Joanesburgo.

**Quadro 2.2** Estratégia europeia de desenvolvimento sustentável (objectivos principais e medidas específicas)

### Objectivos principais e medidas específicas

Conjunto de medidas específicas ao nível da União Europeia que enquadrem os maiores constrangimentos ao desenvolvimento sustentável na Europa.

É necessário desenvolver acções concretas em diferentes políticas

Objectivos Principais

- A União Europeia cumprirá os objectivos de Kyoto. Contudo, Kyoto é apenas um primeiro passo. Por isso, a UE deveria alcançar a redução da emissão de gases poluentes até 2020, numa média de 1% ao ano, com base nos valores de 1990.
- A União insistirá para que as nações industrializadas cumpram os objectivos de Kyoto. Este é um passo indispensável para assegurar um esforço internacional alargado, necessário para limitar o aquecimento global e promover a adaptação às suas consequências.

### Celebrar acordos de saúde pública

Objectivos principais

- Transformar a qualidade e segurança dos alimentos o objectivo de todos os intervenientes na cadeia alimentar
- Assegurar, até 2020, que os produtos químicos não são utilizados com perigo para a saúde pública e

para o ambiente

- Identificar situações relacionadas com doenças infecciosas e resistência a antibióticos.

Gerir as reservas naturais de uma forma mais responsável

Objectivos principais

- Eliminar o ciclo vicioso entre o crescimento económico, a utilização dos recursos e a produção de resíduos.
- Proteger e restaurar, até 2010, habitats e sistemas naturais, bem como metade da biodiversidade.
- Melhorar a gestão das pescas para inverter o declínio das reservas e assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas, quer na UE, quer globalmente.

Promover a gestão do sistema de transportes

Objectivos principais

- Separar o crescimento dos transportes do crescimento económico, tendo em vista reduzir os congestionamentos e outros efeitos colaterais negativos para o sector dos transportes.
- Promover uma mudança de utilização do transporte rodoviário para o transporte ferroviário e marítimo para que a cota do transporte rodoviário em 2010 seja equivalente à de 1998.
- Promover um desenvolvimento regional mais equilibrado, reduzindo as disparidades na actividade económica e mantendo a viabilidade das comunidades rurais e urbanas, tal como recomendado pela Perspectiva Europeia de Desenvolvimento Espacial.

**Quadro 2.3** Estratégia europeia de desenvolvimento sustentável (medidas concretas e monitorização)

### Medidas concretas e monitorização

Para implementar a estratégia e monitorar o seu progresso.

Verificações anuais

- A Comissão relatará, em cada Conselho Europeu da Primavera, no relatório sintético, os progressos atingidos na implementação da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável.
- A Comissão proporá um pequeno número de indicadores para esta monitorização, no Conselho de Barcelona, na Primavera de 2002.
- O processo de integração das preocupações ambientais, lançado pelo Conselho de Cardiff, deve continuar e fornecer dados para a estratégia de desenvolvimento sustentável da União Europeia, da mesma forma que acontece para as dimensões económica e social, através das linhas orientadoras da política económica e do emprego. As estratégias de integração ambiental sectorial devem ser consistentes com os objectivos específicos da estratégia para o desenvolvimento sustentável da União Europeia.

Mudança dos métodos de trabalho

- A Comissão estabelecerá uma mesa redonda sobre o desenvolvimento sustentável com cerca de 10 peritos, que relatarão directamente para o Presidente da Comissão, a tempo de preparar o relatório síntese da Comissão ao Conselho Europeu da Primavera e elaborar recomendações para melhorar a coerência das políticas comunitárias.
- Revisões a médio prazo permitem adaptar a estratégia às mudanças decorrentes das prioridades de longo prazo.
- A estratégia da União Europeia para o desenvolvimento sustentável será revista no início de cada mandato da Comissão.
- Com início em 2002, a Comissão manterá um fórum bianual sobre a estratégia. A Comissão convida o Comité Económico e Social a colaborar na organização desta conferência.

**Figura 2 – Estratégia nacional para o DS (Santos et al 2005, p.25)**

**Quadro 2.7** Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável

- Evolução dos portugueses para a sociedade do conhecimento nomeadamente através da qualificação da população activa e formação ao longo da vida.
  - Crescimento mais rápido mas sustentável da economia portuguesa compatível com a criação de emprego e com a dinâmica do comércio internacional e menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais.
  - Integração da protecção do ambiente no modelo de desenvolvimento em que o património natural seja factor de diferenciação positiva.
  - Organização equilibrada do território nacional com melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico a longo prazo.
  - Suporte do choque do envelhecimento e amadurecimento etário da população num quadro de coesão social sem carga adicional de impostos.
- Cooperação internacional ao nível da sustentabilidade global nomeadamente com as regiões de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo.

Fonte: Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), 2002.

**Figura 3 – Dimensões da RS das empresas (Santos et al 2005, p.21)**

Dimensões internas	Dimensões externas
<p><i>Gestão dos recursos humanos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprendizagem ao longo da vida.</li> <li>Responsabilização dos trabalhadores.</li> <li>Circulação da informação.</li> <li>Equilíbrio entre a vida profissional e familiar/tempos livres.</li> <li>Diversidade dos recursos humanos.</li> <li>Igualdade de géneros.</li> <li>Participação no capital e proveitos da organização.</li> <li>Empregabilidade e segurança dos postos de trabalho.</li> <li>Práticas de recrutamento não discriminatórias.</li> </ul>	<p><i>Comunidades locais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Integração social na comunidade local ao nível do emprego, remunerações, benefícios e impostos.</li> <li>Controlo dos níveis de salubridade, estabilidade social e prosperidade.</li> <li>Interação com o meio físico, ambiental e rede viária.</li> <li>Envolvimento social local com a disponibilização de estruturas físicas, meios humanos e patrocínios.</li> </ul>
<p><i>Saúde e Segurança no trabalho</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicação das medidas legislativas correntes.</li> <li>Cultura de prevenção do risco.</li> <li>Quantificação, documentação e comunicação das boas práticas de SST.</li> <li>Programas de certificação e rotulagem para produtos, serviços, sistemas de gestão e subcontratação centrados nas normas de segurança e saúde no trabalho.</li> <li>Existência de critérios de segurança e saúde no trabalho nos regimes de concursos e adjudicações dos diversos contratos.</li> </ul>	<p><i>Parceiros comerciais, fornecedores e consumidores</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Parcerias e alianças com empresas comuns e franquias.</li> <li>Responsabilização social dos clientes, fornecedores, subcontratados e concorrentes.</li> <li>Envolvimento no capital de risco de novas empresas inovadoras.</li> <li>Fornecimento ético, eficiente e ecológico de produtos e serviços.</li> </ul>
<p><i>Adaptação à mudança</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Redução das despesas, aumento da produtividade e melhoria da qualidade do serviço prestado aos clientes.</li> <li>Motivação, lealdade, criatividade e produtividade do trabalho.</li> <li>Identificação dos riscos, previsão de custos, execução de planos de contingência e minimização dos despedimentos.</li> <li>Formação profissional suplementar, modernização dos instrumentos e sistemas de produção, captação de investimentos, definição de procedimentos, diálogo, cooperação e estabelecimento de parcerias.</li> <li>Capacidade de inserção profissional dos trabalhadores dentro e fora da organização.</li> <li>Participação no desenvolvimento local e em estratégias activas de inclusão no mercado de trabalho.</li> </ul>	<p><i>Direitos humanos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Respeito pelas normas laborais, protecção do ambiente e direitos humanos.</li> <li>Rejeição de práticas de suborno e corrupção.</li> <li>Adopção de códigos de conduta sobre as condições de trabalho, direitos humanos e aspectos ambientais, incluindo nos fornecedores e subcontratados.</li> <li>Observação do impacto das actividades da organização sobre os direitos humanos dos trabalhadores e da comunidade local.</li> <li>Aplicação e verificação dos códigos de conduta e de promoção das normas internacionais do trabalho em todos os níveis da organização e nos subcontratados.</li> <li>Políticas de diálogo e informação total complementadas com abordagens perfectivas ao nível dos órgãos de gestão, restantes trabalhadores e comunidade local.</li> <li>Verificação contínua do respeito pelos direitos humanos segundo as normas e os padrões definidos pela denominada "auditoria social", garantindo a credibilidade dos relatórios apresentados.</li> </ul>
<p><i>Impacto ambiental</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Redução na exploração de recursos.</li> <li>Redução na emissão de poluentes.</li> <li>Redução na produção de resíduos.</li> <li>Redução nos gastos energéticos.</li> <li>Eliminação de resíduos.</li> <li>Monitorização dos custos ambientais da matéria-prima.</li> <li>Monitorização dos custos ambientais da despoluição.</li> </ul>	<p><i>Ambiente global</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desempenho ambiental positivo ao longo de toda a cadeia de produção.</li> <li>Incrementos globais ao nível social e ambiental de forma a contribuir para um desenvolvimento sustentável integral.</li> </ul>

Fonte: Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias, 2001.

**Figura 4 – Modelo de rotação florestal de Faustmann: Um modelo dinâmico de gestão ótima da floresta. (Faucheux, S. e Noel, j.,1995)**

**3.3. O MODELO DE ROTAÇÃO FLORESTAL DE FAUSTMANN: UM MODELO DINÂMICO DE GESTÃO ÓPTIMA DA FLORESTA**

Se nos quisermos dar conta do efeito da rotação de corte sobre o valor actualizado de todas as árvores futuras e não apenas de uma única geração de árvores vendidas, somos levados a reescrever o valor actualizado.

O valor total actualizado dos cortes futuros é então:

$$VP = e^{-\delta T_1}[V(T_1) - c] + e^{-\delta T_2}[(V(T_2) - T_1) - c] + e^{-\delta T_3}[(V(T_3) - T_2) - c] + \dots$$

Também aí, de acordo com as hipóteses estabelecidas, vê-se que as rotações são todas de igual duração, ou seja  $T_k = kT$  com  $k=1, 2, 3, \dots$ , visto que, sendo a floresta totalmente cortada em cada corte, o problema é necessariamente o mesmo em cada rotação e, por conseguinte,  $T_2 - T_1 = T_1$  onde  $T_2 = 2T_1$ .

O valor actualizado dos cortes futuros passa a ser então:

$$VP = \sum_{k=1}^{\infty} e^{-k\delta T} [V(T) - c] = \frac{V(T) - c}{e^{\delta T} - 1} \quad (4.48)$$

A maximização de (4.48) em relação a T requer que:

$$\frac{V'(T)}{V(T) - c} = \frac{\delta e^{\delta T}}{e^{\delta T} - 1} = \frac{\delta}{1 - e^{-\delta T}} \quad (4.49)$$

Esta equação é chamada fórmula de Faustmann (1849).

A comparação com o resultado da simples maximização das receitas actualizadas ou resultado de Fisher (sem ter em conta a rotação), ou seja:

$$\frac{V'(T)}{V(T) - c} = \delta$$

mostra a existência na fórmula de Faustmann de um factor  $1 - e^{-\delta T}$  no denominador do membro direito desta última. Sendo este factor  $<1$ , pode concluir-se que tomar em conta a rotação diminui a idade de abate, como seria de esperar: a necessidade de plantar a geração de árvores seguinte e de as ver «render» mais rapidamente, leva a abater mais cedo a geração anterior.

A fórmula (4.49) pode ser reescrita do seguinte modo:

$$V'(T) = \delta[V(T) - c] + \delta \frac{V(T) - c}{e^{\delta T} - 1} \quad (4.50)$$

na qual os dois primeiros termos dependem da regra de optimização sem rotação e o terceiro reflecte a influência da rotação.

Podemos igualmente considerar, se pusermos (4.50) sob a forma:

$$V'(T) = e^{-\delta T} V'(T) + [V(T) - c](-\delta)e^{-\delta T} \quad (4.51)$$

que a variação do valor actualizado das árvores se decompõe numa soma de dois efeitos, um efeito de preço que cria a longanimidade (primeiro termo) e um efeito de actualização que cria a impaciência (segundo termo).

A expressão

$$\frac{V(T) - c}{e^{\delta T} - 1}$$

denominada valor de sítio, representa o valor actualizado de todas as receitas futuras afectadas pelo corte em T. A fórmula de Faustmann no seu conjunto significa portanto que a floresta deve ser cortada regularmente a uma idade T para a qual o aumento marginal do valor das árvores é igual à soma dos custos de oportunidade do investimento feito nas árvores que constituem a floresta e no sítio.

Se a taxa de crescimento  $V'(T)$  e o valor líquido  $V(T) - c$  são conhecidos, os ábacos que dão o valor do factor:

$$\frac{\delta}{1 - e^{-\delta T}}$$

para diferentes valores da taxa de lucro (taxa de actualização)  $\delta$  permitem na prática calcular a idade T do abate. A figura 4.13, em baixo, ilustra este método.

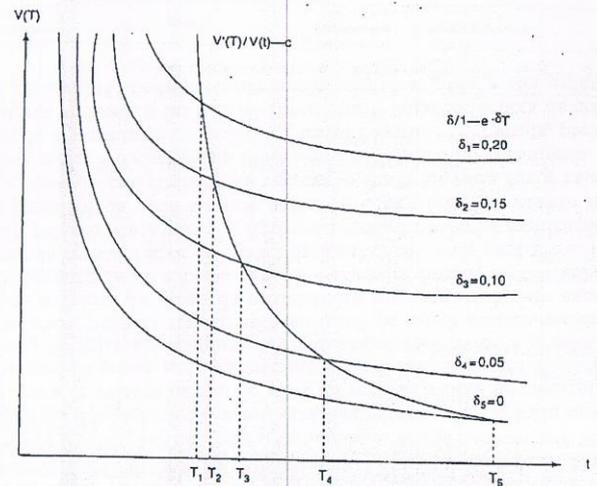


Figura 4.13 – Determinação da rotação do corte para diversos valores da taxa de actualização

**Figura 5 – Linhas orientadoras da política de sustentabilidade da CGD.  
(Relatório de Sustentabilidade da CGD 2010)**

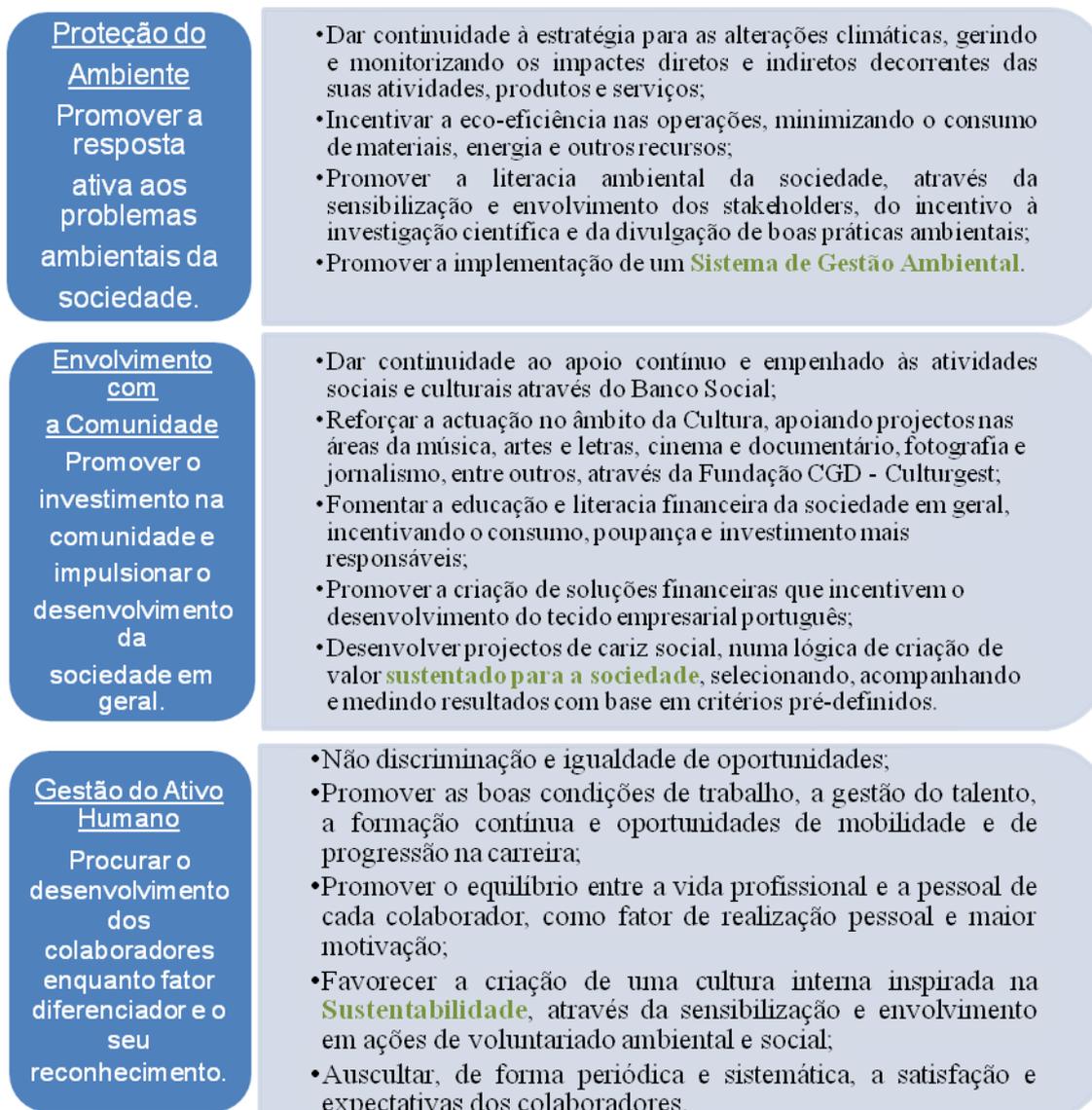


Banca Responsável  
Desenvolver relações equilibradas, transparentes e responsáveis com os clientes.

- Garantir a transparência nas políticas de comunicação, preço e concessão de crédito;
- Conceder crédito de forma responsável e criar mecanismos de renegociação para os casos de incumprimento;
- Promover a poupança e a inclusão financeira, disponibilizando produtos e serviços adequados a todos os clientes;
- Assegurar um sistema de gestão das reclamações eficaz e garantir a auscultação periódica da satisfação dos clientes;
- Gerir a cadeia de valor a montante, pretendendo inserir de forma gradual critérios de **sustentabilidade** na seleção de fornecedores.

Promoção do Futuro  
Reconhecer a importância da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável, aspirando contribuir para um futuro melhor.

- Criar soluções financeiras que facilitem o acesso a produtos e **serviços ambiental e socialmente responsáveis**, ou integrar estas componentes nas soluções já existentes;
- Integrar de forma progressiva aspectos ambientais e sociais na avaliação do risco de crédito e na seleção das operações a financiar, promovendo simultaneamente a divulgação de riscos ambientais e sociais junto dos vários stakeholders;
- Promover o desenvolvimento de produtos e serviços adequados no quadro das responsabilidades sociais e ambientais nos mercados externos onde a CGD atua.



**Figura 6 - Requisitos necessários a uma efetiva compensação de emissões, tal como definidas pela infraestrutura CarbonoZero®**

Requisitos necessários a uma efetiva compensação de emissões, tal como definidas pela infraestrutura CarbonoZero®:

- Possuem uma percentagem superior a 80% de espécies autóctones da floresta Portuguesa;
- Não apresentam espécies classificadas como invasoras;
- São geridas de acordo com um Plano de Gestão Florestal que garantem um período mínimo de exploração de 30 anos e que, para além dos requisitos legais, integra medidas adicionais de prevenção de incêndios e proteção ambiental;

- Possuem um plano específico de monitorização de sequestro de carbono ao longo de todo o período de exploração;
- Foram instaladas – através da plantação, sementeira ou regeneração natural – num período máximo de 8 anos prévio à sua integração no projeto Floresta Caixa;
- Ocupam áreas que não possuíam ocupação florestal nos 6 anos anteriores à instalação, com exceção de áreas ardidas e povoamentos florestais que tenham sido objeto de abate por razões fitossanitárias, de degradação ou de desadequação das espécies.

**Questionário à CGD – Dra. Paula Viegas e Maria Helena Simões da Direção de Comunicação e Marca da CGD**

**Questão 1.** Tendo em conta que o conceito não se encontra ainda verdadeiramente estabilizado, a que ideia/conceito ou ações associaria ( pessoalmente, ou na perspetiva, mais geral, da CGD) a expressão Responsabilidade Social?

**Questão 2.** Que ações está a Caixa a desenvolver neste momento para implementar uma efetiva gestão sustentável da floresta portuguesa? Seria possível dar-nos alguma informação quantitativa /qualitativa sobre o projeto desenvolvido na Tapada de Mafra (Ações desenvolvidas, Espécies plantadas – Nº /área; Dimensão dos financiamentos envolvidos, Custos operacionais, participação do Cartão Caixa Carbono Zero no Projeto; Resultados previstos, etc).

**Questão 3.** Partindo do princípio que a CGD não identifica Responsabilidade Social com simples filantropia e que aquela assume um papel significativo no próprio posicionamento estratégico da empresa, até que ponto a Responsabilidade Social tem tido impacto na performance da Caixa? É possível fazer uma estimativa - mesmo que aproximada ou simplesmente qualitativa – dos reflexos destas ações no desempenho da Instituição?

**Questão 4.** Pode avaliar que potencialidades e fragilidades existem para a Caixa no desenvolvimento de ações de Responsabilidade Social ( em especial, se possível, neste domínio da sustentabilidade florestal)?